



CONVERGÊNCIA AMPLA DE SALVAÇÃO DE ANGOLA-COLIGAÇÃO ELEITORAL

CASA-CE

GRUPO PARLAMENTAR

DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Luanda, 17 de MAIO de 2018)

Excelências,

Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Senhores Deputados

Senhores Auxiliares do Titular do Poder Executivo

Minhas Senhoras e meus Senhores.

O processo de discussão na especialidade, a que foram submetidos, o projecto de Lei do Regime Extraordinário de Regularização Patrimonial, da iniciativa da Unita e, a proposta de Lei de Repatriamento de Recursos Financeiros Domiciliados no Exterior do País, da iniciativa do Executivo, não só, não obedeceu às recomendações da Reunião Plenária da Assembleia Nacional, que os aprovou na generalidade, como ficou manchado, com entrega tardia dos projectos dos Relatórios/Pareceres Conjuntos, o que não nos permitiu analisá-los, antes da sua submissão à votação. Foi um processo irregular, que deve ser anulado. Por outro lado, não se realizou a ampla auscultação e debate, sobre a matéria, com a sociedade civil e outros parceiros sociais interessados do Estado. Não se conciliaram as duas propostas de diplomas legais, com vista a sua fusão.

Face ao exposto , somos a propôr, que se devolva todo esse processo, para a continuação do seu tratamento na especialidade, até porque, essa proposta de lei, continua sem norte, baralhada, procurando favorecer uns, prejudicando outros e, não sei se estaria errado, se dissesse que contém ilegalidades e, quiçá inconstitucionalidades.

A proposta do Executivo continua atentória à dignidade do cidadão honesto, que legalmente tem os seus recursos financeiros no estrangeiro, e que não tem porquê, ser misturado nesta proposta de lei, que deveria só, e tão somente, incidir sobre aqueles que defraudaram o Estado dos seus bens.

O Estado, por conseguinte, só tem legitimidade para reclamar os seus bens, e não de importunar cidadãos honestos. Por, que se façam duas leis, separadas, contemplando cada uma as matérias da sua competência.

A proposta de lei, em questão, não pode continuar a fingir, que não sabe que há recursos financeiros e patrimoniais desviados do Estado, e que estão domiciliados no país. Porque insiste, então em não alargar o âmbito da proposta da lei à esses casos?

A questão de fundo, é ressarcir o Estado, dos bens que lhe foram roubados. A proposta de lei, perde o foco, quando se concentra na questão do repatriamento. O essencial é devolver ao Estado os seus bens.

A proposta de lei é discriminatória, porque descriminaliza aqueles que voluntariamente repatriam os recursos financeiros ilícitos, em sua posse, mas ignora, esquece, de descriminalizar também os cidadãos na posse de recursos financeiros ilícitos, retirados ao Estado , mas que nunca foram exportados, permanecendo no país a servir a economia nacional.

Pior do que tudo, é o facto da proposta de lei do Executivo, continuar a não exigir, que o repatriamento de capitais se faça para as contas bancárias do Estado , legitimando, desta forma, o larápio,

como dono legítimo, do produto desviado. É inadmissível, que uma lei de gente honesta, pretenda isso!

Partindo do princípio de que, a maioria dos fundos, ilicitamente no exterior, são frutos do peculato, ao excluir-se esses fundos do âmbito da proposta de lei, não faz sentido, continuar com a criação desta lei, porque incidiria apenas sobre montantes residuais.

Senhor Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Muitos desses recursos financeiros, já foram transformados em património doutra índole. Por isso, é necessário que a lei exija que esse património seja transferido para a titularidade do Estado

Por outro lado, não se pode procurar resolver, normalizar, a situação daqueles que desviaram bilhões, e continuar a penalizar os que desviaram migalhas. Se se faz uma lei deste tipo, a mesma tem de ser abrangente.

Mais uma vez reclamamos, que o processo deva ser transparente. O povo tem o direito de saber, quem e quanto cada fulano devolveu ao Estado. Primeiro, para nos certificamos da verdade e justiça do processo. Segundo, porque essas pessoas que defraudaram o Estado dos seus recursos, devem, no mínimo, um pedido de desculpas ao Povo e, não ficarem escondidas, no sigilo que a proposta de lei lhes pretende dar. Ou, como já ouvi dizer, como tudo estará no sigilo, a massa vai passar para outras mãos, já que ninguém sabe quem trouxe e quanto trouxe.

Muito Obrigado